

Algumas Reflexões Sobre Passagens Históricas do Processo de Institucionalização das Atividades de Pesquisa na Universidade Brasileira

Autores

Luiz Alberto Rocha de Lira
Lucy Anne Vieira de Oliveira

Orientador

Raquel Pereira Chainho Gandini

1. Introdução

A estrutura da universidade brasileira, bem como seus programas de formação de quadros, se apoiou inicialmente em aspectos e tendências político-pedagógicas de modelos externos, instaurados no sistema brasileiro de ensino superior ao longo dos anos 50 e 60, imunes às pressões por sua reforma, expressas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 e pela Reforma Universitária do período 1961/1963, expandindo-se até o final da década.

As principais diretrizes da política nacional de pós-graduação encontram-se nos Planos Nacionais para o setor, em suas Fases I (1975 – 1979), II (1980 – 1985) e III (1986 – 1989), e mais recentemente no novo Plano Nacional de Pós-graduação (2005 -2010). Esses períodos marcam a institucionalização da pesquisa, tendo como foco condutor em seu início, a necessidade de composição e ampliação dos quadros universitários, muito marcantes nos três primeiros planos.

O Plano atual (2005-2010) apresenta em suas diretrizes de ação, a criação de estratégias visando ampliar a articulação entre as agências federais com os governos dos estados, secretarias de ciência e tecnologia e fundações de apoio, incentivo a criação de programas estratégicos específicos, indução de novos programas, novas formas de articulação entre as agências federais com o setor produtivo, uma participação mais efetiva dos fundos setoriais no financiamento da pós-graduação e ainda, um novo formato de programas regionais para a pós-graduação.

2. Objetivos

O objetivo deste trabalho é o de apresentar algumas reflexões sobre passagens históricas que marcaram o surgimento da pesquisa na universidade brasileira, considerando alguns importantes fatores políticos e sua relação com a comunidade científica que se encontrava em formação e ascensão visando fortalecer as ações que pudessem integrar educação, ciência e tecnologia na gestão universitária por meio da criação das Pro – reitorias ou setores equivalentes.

3. Desenvolvimento

O ano de 1960 se constituiu no período de maior intensidade das relações entre a universidade brasileira e o Estado, num um ambiente sócio-político-econômico em mudança frente às imposições do capitalismo mundial. Com o crescimento da pós-graduação neste período, alguns progressos foram alcançados na busca da integração entre pesquisa e ensino e na formação de recursos humanos aptos à produção científica, o que não significou, porém, que as estruturas pedagógicas das universidades e seus programas de pós-graduação tivessem atingido um nível desejado de operacionalização dos vínculos entre atividade científica e ensino, ou mesmo entre pesquisa e a sua aplicabilidade. As atividades de pesquisa nas universidades brasileiras tiveram que ajustar-se à necessidade de maior dedicação à docência e, não obstante, numa política integrada de educação, ciência e tecnologia. O papel da universidade, em nossa opinião, é o de comprometer-se efetivamente com a sociedade ampliando seu espaço de criação, atualização e reformulação do conhecimento, bem como de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento nacional.

A partir de 1973, os Planos Nacionais de Pós-graduação vão apresentar estratégias, diretrizes e metas no sentido de consolidar a Política de Pós-graduação e Pesquisa. Essas premissas foram se fortalecendo a partir do incentivo à melhoria do nível de formação de recursos humanos e de outros fatores que apontavam novas tendências dos programas de pós-graduação espalhados pelo País. O setor de Ciência e Tecnologia passa a integrar a agenda dos planos nacionais de governo.

4. Resultados

Destacamos como fator importante para ampliar a nossa análise a relação estabelecida entre Estado e Comunidade Científica, principalmente a partir de 1970, com a expansão dos cursos de pós-graduação, impulsionados pelo financiamento das agências de fomento como a CAPES e o CNPq. Podemos considerar que essa expansão ocorreu inicialmente sem uma orientação específica, mas, a partir de 1973, seguindo as orientações do I Plano Nacional de Pós-graduação, as universidades procuraram modificar as suas estruturas organizacionais, e institucionalizar a pesquisa e a pós-graduação em seus segmentos administrativos.

Essa alteração permitiu a criação das Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-graduação para coordenar as atividades científicas, os programas de formação e, ainda, os órgãos colegiados para instrumentalizar as normas internas à Universidade. A partir de então, por exigência legal do Ministério da Educação, esses segmentos, foram se estruturando no âmbito das Instituições de Ensino Superior sob a denominação acadêmica de Pró-reitorias, Diretorias ou Comissões de Pesquisa, isoladas ou combinadas com outras atividades como Extensão ou Pós-graduação. Esses novos órgãos em sua grande maioria, ainda não estavam formalizados nas estruturas das IES e

serviam mais como um setor de apoio para as atividades de pesquisa, as quais, mesmo de forma incipiente, já existiam. Aqueles órgãos funcionavam agregados aos gabinetes dos administradores universitários, sem nenhum curso de relações funcionais com as demais unidades institucionais. Segundo Barros (1998) essas Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-graduação vão representar importante papel no controle da qualidade e produtividade dos cursos, possibilitando, também, o controle e a centralização dos recursos através da assinatura de convênios com as Agências de financiamento.

Na década de 1980 foi criada a Associação dos Pró-reitores de Pós-graduação (atual Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação, FOPROP), que vinha funcionando dentro do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) como representação nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação. Nos encontros anuais deste fórum (ENPROPs) sempre são discutidos temas de fundamental importância para o desenvolvimento da ciência e tecnologia e do ensino pós-graduado no País.

5. Considerações Finais

O processo de institucionalização da atividade de pesquisa no Brasil, conforme já relatado possui três marcos temporais decisivos. O ano de 1951, com a criação do CNPq e da CAPES, o ano de 1965, com a publicação do Parecer No. 977 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação (Parecer Sucupira) e o ano de 1968, com a promulgação da Reforma Universitária. O ocorrido nesses anos, no entanto, só passou a exercer efeitos mais visíveis na década de 1970, quando as decisões de modernização da universidade e da implantação da pós-graduação – oriundas do MEC/CFE passaram a ter um instrumento financeiro e um modo de operação constante, a partir dos recursos disponibilizados pelo Ministério do Planejamento, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado em 1969 e ainda atuante nos dias de hoje (agosto de 2006) sob a coordenação da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Referências Bibliográficas

ANDIFES. **Lei Orgânica das Universidades**. Brasília, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Federais de Ensino Superior, 1996.

BARROS, R.P. de et al. **Distribuição da população mundial de acordo com o nível de pobreza**. Folha de S.Paulo. São Paulo, 13 jun., 1999. CADERNO Brasil, p.15.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Senado Federal, Centro Gráfico, Brasília, 1988.

BRASIL. MEC. CAPES. **Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2005-2010**. Brasília: Capes 2005

CÓRDOVA, Rogério de Andrade; GUSSO, Divonzir Arthur. **A Pós-graduação na América Latina**. 1ª.Ed. Brasília, 1986. 218 p.

DINIZ, Eli. **Crise Reforma do Estado e Governabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997, p. 200.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. 1977 Ed.rev. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. **Universidade & Poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FERLIE, E. UMBELINO, L. M. **A nova administração pública em ação. Brasília: Atlas, 1999**.

FURTADO, Celso Monteiro. **Formação Econômica do Brasil**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963, 309 p.

GALLO, Silvio. **Conhecimento, transversalidade e educação: para além da interdisciplinaridade**. In: *Revista Impulso*, UNICAMP, out/97.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho. **Notas sobre a Construção do Estado-Nação e a Educação Pública**. Pro-posições. Vol.3. No. 2 (1992), p.30.

GRAN, N.C. **Repensando o Público através da sociedade – Novas Formas de Gestão Pública e Representação Social**. Brasília: Atlas, 1998.

KLEIN, Lucia e DELGADO, Nelson G., (1987), **FNDCT: evolução e impasses**, Rio de Janeiro, FINEP, mimeo.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCOVITCH, Jacques. **A universidade (im)possível**. São Paulo: Futura, 1998.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **A universidade no Brasil**. *Revista Brasileira de Educação* nº 14 (número especial). ANPEd. mai/jun/jul/ago 2000, p. 131-150.

MINISTERIO DA EDUCACAO. **Autonomia Universitária no Brasil e a intervenção do Estado**. In: CATANI, Afrânio Mendes (org.). *Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Congresso Internacional. Recife, 1997b, p. 56 - 69.

_____. *Autonomia Universitária*. **Fundamentos para uma lei que regule a autonomia das universidades federais, nos termos que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como disponha sobre a possibilidade de ampliação da autonomia mediante contrato de desenvolvimento institucional**. Brasília, 1999.

_____. **Autonomia universitária: desafios histórico-políticos**. *Universidade e Sociedade*, ano VII, nº 12, fev, 1997a.

_____. **Autonomia universitária: uma conquista**. Trabalho apresentado no IV Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana, Santiago, Chile, 1998 (mimeo).

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: *Diário Oficial da União*. Ano CXXXIV, nº 248, 23 dezembro 1996.

SGUISSARDI, Valdemar. **Autonomia Universitária e Mudanças no Ensino Superior: da**

polissemia do conceito às controvérsias de sua aplicação. In: CATANI, A. M. *Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI.* Campinas, SP: Autores Associados, 1998a, p. 29-46.